

INTRODUÇÃO

Não deixa de ser um truísmo afirmar que a Linguística Textual é o ramo da Linguística que toma o texto como objeto de estudo. No entanto, todo o seu desenvolvimento vem girando em torno das diferentes concepções de texto que a Linguística tem abrigado durante seu percurso, o que acarretou diferenças bastante significativas entre uma e outra etapas de sua evolução.

E, quanto a esse ramo da Ciência Linguística, poderíamos também nos perguntar, como o fazem Antos e Tietz (1997), se, nos seus quarenta anos de existência (hoje quase sessenta), a Linguística Textual desempenhou apenas um papel de “hóspede” da Linguística, talvez um modismo como tantos outros, ou, então, se ela se tornou uma ciência integrativa de várias outras ciências (Retórica, Estilística, Teoria dos Gêneros, Teoria da Argumentação, Narratologia etc.), vindo a constituir uma “Ciência ou Teoria da Linguagem” (Van Dijk, 1978); ou, ainda, se ela é parte integrante do domínio estabelecido da Linguística, quem sabe até do seu núcleo central. E, se assim fosse, quais os prognósticos que se poderiam fazer quanto ao seu futuro. Ou será que se poderia dizer que todas essas perguntas por vezes se colocam apenas porque a Linguística Textual entrou numa fase de consolidação de tal forma espetacular que questões sobre a justificação de sua existência estariam tão fora de propósito quanto, por exemplo, a respeito da pertinência da Semântica, da Fonologia ou da Sintaxe? Questões como estas deverão ser esclarecidas ao longo desta obra.

CONCEPÇÕES DE TEXTO

Entre as várias concepções de texto que fundamentaram os estudos em Linguística Textual, poderíamos destacar as seguintes, ressaltando, contudo, que elas se imbricam em determinados momentos:

- 1) texto como frase complexa ou signo linguístico mais alto na hierarquia do sistema linguístico (concepção de base gramatical);
- 2) texto como signo complexo (concepção de base semiótica);
- 3) texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas (concepção de base semântica);
- 4) texto como ato de fala complexo (concepção de base pragmática);
- 5) texto como discurso “congelado”, como produto acabado de uma ação discursiva (concepção de base discursiva);
- 6) texto como meio específico de realização da comunicação verbal (concepção de base comunicativa);
- 7) texto como *processo* que mobiliza operações e processos cognitivos (concepção de base cognitivista);
- 8) texto como *lugar de interação* entre atores sociais e de construção interacional de sentidos (concepção de base sociocognitiva-interacional).

Na verdade, o que se pode verificar é que, na época do surgimento da Linguística Textual, na segunda metade da década de 1960, bem como na primeira metade da década de 1970, em função do conceito de texto então majoritário, a maioria dos estudiosos estava debruçada sobre a análise transfrástica e/ou a construção de gramáticas do texto, de modo que o objeto privilegiado de estudo era a coesão, ou seja, a propriedade de *cohere* (*hang together*), muitas vezes equiparada à coerência (*coherence*), já que ambas eram vistas como qualidades ou propriedades do texto.

Uma das tônicas da década de 1980 foi justamente a ampliação significativa do conceito de coerência, quando, adotando-se uma perspectiva pragmático-enunciativa, passou-se a postular que a coerência não constitui mera propriedade ou qualidade do texto em si, mas que é um fenômeno muito mais amplo, visto que ela se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem linguística, cognitiva, sociocultural e interacional. Na Europa, vieram a público diversas coletâneas sobre o tema (Charolles, Petöfi & Sözer, 1983; Neubauer, 1983; Petöfi, 1986; Sözer, 1985; Conte, Petöfi & Sözer, 1989, entre várias outras), além de artigos e obras

individuais. Também no Brasil, as pesquisas sobre coesão e coerência textuais tiveram grande desenvolvimento, frutificando em uma série de obras sobre o assunto. Podem-se mencionar, entre muitos outros, os trabalhos de Marcuschi (1983), Koch (1987, 1989, 1992); Fávero & Koch (1983), Koch & Travaglia (1989, 1990); Fávero (1991) e Bastos (1985). Além disso, a par da coesão e da coerência, outros fatores de textualidade passaram a ser objeto das pesquisas sobre o texto, tais como informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade, aceitabilidade (cf. Beaugrande & Dressler, 1981), contextualização, focalização, consistência e relevância.

É nessa década que desponta com maior vigor o interesse pelo processamento cognitivo do texto, perspectiva que, especialmente a partir dos estudos de Van Dijk e Kintsch (1983, particularmente), vai ganhando cada vez mais terreno e passa a dominar a cena no início da década de 1990, agora, porém, com forte tendência sociocognitivista.

Desde esse momento, com o desenvolvimento cada vez maior das investigações na área de cognição, as questões relativas ao processamento do texto, em termos de produção e compreensão, as formas de representação do conhecimento na memória, a ativação de tais sistemas de conhecimento por ocasião do processamento, as estratégias sociocognitivas e interacionais nele envolvidas, entre muitas outras, passam a ocupar o centro dos interesses de diversos estudiosos do campo. A título de exemplo, podem-se destacar as obras de Heinemann & Viehweger (1991), Koch & Oesterreicher (1990), Nussbaumer (1991), Adam (1990 e 1993), Van Dijk (1994, 1995, 1997), entre várias outras. No Brasil, pode-se citar uma série de trabalhos desenvolvidos por Marcuschi e por Koch (Marcuschi & Koch, 1998; Koch & Marcuschi, 1998; Marcuschi, 1998, 1999; Koch, 1997, 1998, 1999) e por Cavalcante (2000, 2001), para citar apenas alguns.

Assim, a partir da década de 1990, além da ênfase dada aos processos de organização global dos textos, assumem importância particular as questões de ordem sociocognitiva, que englobam temas como referenciação, inferenciação, acesso ao conhecimento prévio etc.; e, a par destas, o tratamento da oralidade e da relação oralidade/escrita, bem como o estudo dos gêneros textuais, este agora conduzido sob outras luzes – isto é, a partir da perspectiva bakhtiniana, voltando, assim, a questão dos gêneros a

ocupar lugar de destaque nas pesquisas sobre o texto e revelando-se um terreno extremamente promissor.

A questão da referenciação textual, por exemplo, vem sendo objeto de pesquisa de um grupo de autores franco-suíços, entre os quais se podem destacar Apothéloz, Kleiber, Charolles, Berrendonner, Reichler-Béguelin, Chanêt, Mondada e D. Dubois. Esses autores têm dedicado especial interesse a questões como a construção dos “objetos de discurso”; a anáfora associativa, sua conceituação e sua abrangência; as operações de nominalização e suas funções, entre várias outras com elas de alguma forma relacionadas. O principal pressuposto dessas pesquisas é o da *referenciação como atividade discursiva*, como é postulado também em Marcuschi & Koch (1998); Koch & Marcuschi (1998); Marcuschi (1998); Koch (1998). Desta forma, de conformidade com Mondada & Dubois (1995) e Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995), passa-se a postular que a referência é sobretudo um problema que diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; e que o discurso *constrói* os “objetos” a que faz remissão (“objetos de discurso”), ao mesmo tempo que é tributário dessa construção.

O estudo do texto falado, que envolve também questões de ordem sociocognitiva e interacional, ganha, nesse momento, uma projeção cada vez maior e toma rumos diferentes dos da Análise da Conversação, como se pode verificar na obra de Koch & Oesterreicher (1990) e em inúmeros projetos voltados para a descrição da modalidade oral da língua, tanto na Europa como na América. É o caso, no Brasil, do Projeto de Gramática do Português Falado, idealizado por Ataliba Teixeira de Castilho, que tem como uma de suas vertentes o estudo da organização textual-interativa no português falado no Brasil, esta coordenada por Koch. E o caso, também, do Projeto Nurc/SP, coordenado por Dino Preti, e do Núcleo de Estudos Linguísticos sobre Fala e Escrita – Nelfe, da UFPE, coordenado por Luiz Antônio Marcuschi.

Quanto à questão dos gêneros acima mencionada, cabe ressaltar a revisitação que vem sendo feita à obra de Bakhtin (1953), na qual o autor apresenta a sua conceituação de gêneros do discurso. Além da importante obra de Swales (1990), na Inglaterra, e de autores da Escola Norte-Americana, como Bathia, Miller, Freedman, Coe e Bazerman, bem como, na França, as de Jean-Michel Adam (1990, 1993),

destacam-se, nesse domínio, os trabalhos da equipe da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra, conduzidos por Bernard Schneuwly, Joachim Dolz, Jean-Paul Bronckart e Pasquier, que procedem a essa releitura com finalidades didáticas, isto é, do ponto de vista de suas aplicações pedagógicas.

Verifica-se, pois, que a Linguística Textual percorreu um longo caminho até chegar ao momento atual. Aqueles que não acompanharam a sua trajetória estão longe de poder avaliar o que hoje essa disciplina vem se propondo como objeto de investigação e a contribuição que seu estudo vem dando em prol de um melhor conhecimento de como se realiza a produção textual do sentido.

Ingedore Villaça Koch